

A aceitabilidade da anáfora logofórica em português brasileiro

The acceptability of logophoric anaphor in Brazilian Portuguese

Flávia Gonçalves Calaça de Souza

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba / Brasil

flavia.ufpb@hotmail.com

Rosana Costa de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba / Brasil

rosana.ufpb@gmail.com

Judithe Genuíno Henrique

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba / Brasil

judithegh@gmail.com

Resumo: Este trabalho buscou investigar se as estruturas logofóricas são aceitáveis ou não para os falantes do português brasileiro (PB). Diversas abordagens sintáticas e semânticas têm sido usadas para explicar a logoforicidade, e uma forte discussão teórica é sobre qual tipo de abordagem melhor dá conta do fenômeno. Autores como Reinhart e Reuland (1993) apontam que a anáfora logofórica existe separadamente das anáforas sintáticas na Gramática Universal. As anáforas sintáticas são guiadas por fatores sintáticos como localidade e c-comando. Já a logófora pode ou não observar essas condições sintáticas. Esses estudos também demonstram que, nos casos em que há logoforicidade, a anáfora e o pronome são intercambiáveis, ou seja, tanto um quanto o outro podem ser usados na mesma posição na frase. Com base nesses pressupostos teóricos, examinamos a aceitabilidade de construções logofóricas em PB com a finalidade de saber se elas estão presentes na gramática dos falantes dessa língua. Foi realizado um experimento *off-line* de julgamento de aceitabilidade, visto que, segundo Gibson e Fedorenko (2013), a intuição

do linguista não é suficiente para averiguar tal aceitabilidade. O presente experimento mostrou que a anáfora logofórica é licenciada em PB, o que aponta que os sujeitos veem a anáfora logofórica e o pronome logofórico como diferentes. Não houve resultado significativo para o pronome, o que não nos permite apontar que não são licenciados em PB.

Palavras-chave: julgamento de aceitabilidade; logoforicidade; anáfora; pronome.

Abstract: This study sought to investigate whether these structures are acceptable or not for the speakers of Brazilian Portuguese. Both syntactic and semantic approaches have been used to explain the logophoricity and a strong theoretical discussion is about what kind of best approach to account for the phenomenon. Much of the literature on the subject Reinhart and Reuland (1993) points out that logophoric anaphora exists separately from syntactic anaphora in Universal Grammar. The syntactic anaphora is guided by syntactic factors such as location and c-command. Already logophor may or may not notice these syntactic conditions. These studies also demonstrate that where there logophoricity, the pronoun and anaphora are interchangeable, so, either one or the other can be used in the same position in the sentence. Based on these theoretical assumptions, we examine the acceptability of logophorics buildings in PB in order to know if they are present in the grammar of the speakers of that language. An offline experiment judgment of acceptability since that according to Gibson and Fedorenko (2013) the linguistics intuition is not enough to verify such acceptability. The following experiment showed the results were significant for logophoric anaphora, which shows that a degree I anaphora and logophoric pronoun as different. There was no significant result for the pronoun, which does not allow us to point out that are not licensed in PB.

Keywords: judgment of acceptability; logophoricity; anaphora; pronoun.

Recebido em: 10 de dezembro de 2016

Aprovado em: 4 de abril de 2017

1 Introdução

A Teoria da Ligação (*Binding Theory*) (CHOMSKY, 1981) busca estudar as relações de correferência que existem entre as expressões nominais e pronominais, dentro do escopo da sentença. Para explicar tais relações, Chomsky (1981) prediz três princípios que regem essas relações, a saber:

(1) Princípio A – Uma anáfora deve ser presa no seu domínio de ligação.¹

Princípio B – Um pronome deve ser livre no seu domínio de ligação.

Princípio C – Uma expressão R – referencial deve ser livre.²

O Princípio A, que se refere às anáforas reflexivas e recíprocas (*se, um ao outro*), prediz que uma anáfora deve ser presa em seu domínio de ligação, isto é, estar ligada por um antecedente que esteja c-comando e em seu domínio local. Compreende-se por c-comando a noção sintática de liame entre dois constituintes. Observemos o exemplo abaixo:

(2) [O neto do João_k]³ se_{i/*k} adora.

Neste exemplo, o DP “O neto do João” é o antecedente da anáfora “se”, assim o DP “O neto do João” está c-comando a anáfora “se”.

O Princípio B refere-se aos pronomes, este afirma que todo pronome deve ser livre no seu domínio de ligação, isto é, não pode haver a presença do antecedente e do pronome na mesma sentença. Vejamos os exemplos abaixo:

(3) a. [Penha_i acha que [Bruna_j vestiu ela_i com o vestido.]]
b. *[Penha_i acha que [Bruna_j vestiu ela_i com o vestido.]]

¹ Entendemos por domínio de ligação o limite que apresenta a anáfora e seu antecedente.

² Binding Principles (CHOMSKY, 1981)

A. An anaphor must be A-bound in its binding domain.

B. A pronominal must be A-free in its binding domain.

C. An R-expression must be A-free.

³ Índice de indexação.

A sentença (3a) é absolutamente plausível, pois o antecedente está fora do domínio do pronome, ao contrário da sentença (3b), que é agramatical, pelo fato de termos o pronome e seu antecedente no mesmo domínio, conforme defende a Teoria da Ligação.

E por fim, porém não menos importante, temos o Princípio C. Este faz menção às expressões referenciais, que devem ser livres em qualquer contexto de ocorrência, pois possuem autonomia referencial e, assim, não precisam ser ligadas. Observemos o exemplo abaixo:

- (4) O João observou o Pedro na sala.

Em alguns casos, a anáfora não está restrita às condições de ligação propostas por Chomsky (1981), como mostra Reinhart e Reuland (1993). Estes autores denominam esse tipo de anáfora de logofórica. Vejamos:

- (5) Maria contava cinco pessoas na cozinha, além de si mesma/dela.
(6) Carlos viu uma blusa perto de si/dele.

Nos exemplos acima, a anáfora está em um PP adjunto, não sendo um argumento exigido pelo verbo. Segundo Reinhart e Reuland (1993), Chomsky (1981, 1986) não explica os contextos em (5) e (6), justamente pelo fato da anáfora e seu antecedente não serem coargumentos. Essas anáforas não estão de acordo com o previsto pela Teoria da Ligação, pois esta não explica a correferência com antecedentes fora do domínio de ligação.

A partir destes e de outros contraexemplos, Reinhart e Reuland (1993) observam as anáforas a partir da noção de argumentos, apontando que a anáfora é logofórica quando não está em posição argumental. A anáfora sintática, como o próprio nome aponta, é guiada por fatores sintáticos como localidade e c-comando, e a anáfora logofórica relaciona-se com os fatores discursivos. Como nos exemplos que seguem:

- (7) João se vangloriava de que o prefeito convidou Ana e ele mesmo para um café da manhã.
(8) Vânia encontrou tempo para verificar que, além dela mesma, havia um outro funcionário que tinha sido demitido.

Nas sentenças acima nota-se que a previsão de Chomsky (1981; 1986) para as anáforas não podem ser verificadas, uma vez que em ambas as sentenças a anáfora não está no domínio de ligação. Zribi-Hertz (1989) fornece cerca de 130 exemplos, como os apresentados acima, de sentenças em que a anáfora não se encontra em posição argumental.

Reinhart e Reuland (1993) ainda afirmam que é possível haver um pronome logofórico sempre que houver uma anáfora logofórica, como em (9) e (10):

- (9) Carlos estava chateado quando Júlia colocou Bruno e ele mesmo em perigo no paraquedismo.
- (10) Carlos estava chateado quando Júlia colocou Bruno e ele em perigo no paraquedismo.

O tipo de estrutura das sentenças (9) e (10) é bastante discutido por Pollard e Sag (1992) e Reinhart e Reuland (1993), visto que é consistente com o fato de que em inglês o pronome é uma forma aceitável para ser alternada com a anáfora, mantendo a mesma interpretação.

O presente trabalho tem como foco verificar a aceitabilidade da anáfora logofórica e do pronome logofórico em PB, isto é, nosso objetivo foi averiguar se os sujeitos julgam as sentenças com anáfora logofórica e pronome logofórico como aceitáveis ou inaceitáveis de acordo com sua intuição.

Gibson e Fedorenko (2013) apontam que, apesar das intuições do pesquisador serem úteis para diversos estudos, em muitos outros não se pode ter uma confiabilidade alta apenas através da intuição, exigindo um controle metodológico mais rigoroso a fim de detectar sutilezas e distinguir entre diferentes posições teóricas. O autor ainda afirma que um grande problema com o campo de estudo da sintaxe é que muitos artigos não incluem a evidência experimental como apoio de suas hipóteses de pesquisa. Também é recomendado pelo autor que os estudos reúnam evidências quantitativas para que haja uma melhoria para este campo de estudo. Levando em conta tal importância, nesta pesquisa demos um enfoque ao método quantitativo de Julgamento de Aceitabilidade, em que os sujeitos fizeram o julgamento das sentenças com anáfora logofórica e pronome logofórico com o intuito de apresentar dados confiáveis sobre a aceitabilidade dessas sentenças.

O experimento *offline* de julgamento de aceitabilidade realizado, teve como objetivo central observar a aceitabilidade de anáforas consideradas logofóricas, especificamente da anáfora “ele mesmo” em português brasileiro (PB), com a finalidade de compará-la ao pronome “ele”, para compreender se, assim como no inglês, esse fenômeno está presente na gramática dos falantes do PB. Por hipótese, com base na Teoria da Reflexividade de Reinhart e Reuland (1993), essas estruturas seriam aceitáveis e não violariam as condições de ligação por não estarem restritas a elas.

É importante destacar que existe uma escassez de estudos em português brasileiro sobre a resolução de logofóricas e os processos que ela exige. Assim, nosso trabalho, além de verificar a aceitabilidade das estruturas logofóricas em PB, buscou fazer um levantamento bibliográfico de estudos realizados em outras línguas sobre esse tema que apontam que a anáfora logofórica existe separadamente da anáfora sintática na Gramática Universal (GU).

2 A logoforicidade em Linguística

Apesar de em alguns casos as relações entre anáforas, pronomes e os seus antecedentes serem estabelecidas obedecendo a restrições da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981), alguns estudos (REINHART; REULAND, 1993; ZRIBI-HERTZ, 1989) mostram que essas formas podem ser interpretadas de outras maneiras. Como apontado acima, a logoforicidade ocorre nesses casos e tem sido caracterizada e definida a partir de diversas perspectivas. Uma dessas perspectivas é não estar sujeita às restrições de c-comando e localidade impostas pela Teoria da Ligação ao possuir um *status* logofórico.

A seguir, serão delineadas, em mais detalhes, as abordagens de Chomsky (1981), Reinhart e Reuland (1993) e Zribi-Hertz (1989), com a finalidade de fazer um levantamento descritivo desse tema tão pouco pesquisado. Algumas dessas abordagens observam a anáfora logofórica a partir da configuração de c-comando, ou seja, tanto limitando e definindo por meio das restrições de natureza sintática, quanto observando o discurso e a semântica antes da sintaxe. Na abordagem de Zribi-Hertz (1989), por exemplo, a prioridade teórica é dada aos fatores discursivos. Caso estes não deem conta, o domínio sintático é procurado.

2.1 Chomsky (1981)

A Teoria da Ligação formulada por Chomsky (1981) descreve as restrições sintáticas sobre as anáforas, pronomes e expressões referenciais. Ele postulou três princípios de vinculação: A, B e C. O princípio A prediz que uma anáfora deve ser ligada ao antecedente que está em seu domínio, ou seja, deve estar ligada ao antecedente que está na oração mínima que contém a anáfora. Além da presença de um antecedente local, o princípio A também prediz que o antecedente c-comanda a anáfora. Nas sentenças abaixo, temos dois exemplos de anáforas vinculadas a seu antecedente local:

(11) [A prima de Joana]_i se_i acha muito bonita.

(12) O Carlos_i machucou ele mesmo_i enquanto cozinhava.

Já em (13) e (14), a seguir, vemos o exemplo de um DP que não está c-comando as anáforas *se* e *ele mesmo*, pois, de acordo com a Teoria da Ligação, a anáfora *se* não pode se referir a *Joana* e a anáfora *ele mesmo* não pode se referir a *Carlos*, tornando as sentenças agramaticais.

(13) *A prima de [Joana]_i se_i acha muito bonita.

(14) *O Carlos_i machucou Vivian e ele mesmo_i enquanto cozinhava.

O princípio B prevê que o pronome esteja livre em seu domínio de vinculação. Na sentença (15) abaixo, o pronome *ela* não pode ter como antecedente o DP *Maria*, pois está em seu domínio de vinculação.

(15) *A Maria_i adora ela_i.

O princípio B, portanto, impõe que o pronome não pode ser ligado ao seu antecedente local, distintamente do princípio A, que afirma que a anáfora tem que estar ligada a esse antecedente.

Já o princípio C determina que as expressões referenciais devem estar livres em qualquer contexto sintático, isto é, não podem estar ligadas. Em (16), a expressão-R *o animal* não possui antecedente na sentença, o que a torna gramatical. As expressões-R não necessitam de um elemento antecedente para extrair seu significado, ou seja, são independentes referencialmente, o que as diferencia das anáforas e dos pronomes, que possuem dependência referencial.

(16) O animal fez um grande barulho.

Ainda de acordo com a Teoria da Ligação, as anáforas e os pronomes estão em distribuição complementar. Isto é, um elemento pode estar na sentença somente onde o outro não pode. Assim, para que a sentença seja considerada gramatical, esses elementos devem estar em ambientes opostos. Uma anáfora deve ser ligada e um pronome deve ser livre. Portanto, se uma anáfora possuir um antecedente dentro da mesma oração que a inclui, a sentença é gramatical. Mas se nessa mesma sentença houver um pronome em vez de uma anáfora, seria agramatical. No entanto, vários autores têm demonstrado que esta distribuição complementar nem sempre é possível de se constatar, pois sentenças como (17) são consideradas gramaticais.

(17) Mateus_i sabia que ninguém gosta de João e dele mesmo_i/dele_i por causa de suas personalidades.

A proposta de Reinhart e Reuland (1993), que veremos a seguir, aponta que as anáforas como em (17) sejam observadas a partir da noção de argumentos e, caso não sejam coargumentos do mesmo predicado, permanecerão sendo consideradas gramaticais. A ideia fundamental é que a distribuição complementar não exista em sentenças como em (17), que contém uma anáfora logofórica.

2.2 Reinhart e Reuland (1993)

A Teoria da Reflexividade proposta por Reinhart e Reuland (1993) surge a partir da necessidade de uma reformulação na Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981) justificada pelos muitos problemas empíricos que apresentaram os princípios A e B dessa teoria. Os autores também questionam a distribuição complementar entre anáforas e pronomes, levantando vários exemplos em que essa complementariedade falha. Essa teoria ainda deixa clara a diferença quando há ligação e quando há correferência entre as formas anafóricas.

Para tanto, os autores propõem retornar à interpretação dos predicados reflexivos nas línguas naturais em que o verbo tem uma ligação estreita com o fenômeno da reflexivização. A partir disso, a reflexivização seria então analisada como uma propriedade dos predicados e não como uma propriedade da anáfora, ou seja, a distribuição das formas anafóricas

é feita a partir das propriedades semânticas das formas anafóricas, nesse caso, a propriedade de reflexivizar um predicado (*inherent properties*). É assumida, então, a seguinte definição de anáfora:

Anaphors (of both the SE and the SELF type) are referentially defective NPs, which entails, for example, that they cannot be used as demonstratives, referring to some entity in the world (though it does not entail that they must be bound variables). (REINHART; REULAND, 1993, p. 658).⁴

A partir dessa definição e das funções de ambos os tipos de anáfora, é proposta uma tipologia das expressões anafóricas. As anáforas SE e as anáforas SELF formam o mesmo grupo em relação à propriedade de dependência referencial, e as anáforas SE e os pronomes agrupam-se por não terem a função de reflexivizar. O resumo dessa tipologia segue na tabela abaixo:

TABELA 1 – Proposta apresentada por Reinhart e Reuland (1993) para a distribuição das anáforas e pronomes

	SELF	SE	PRONOUN
Reflexivizing function	+	-	-
R(eferential Independence)	-	-	+

Fonte: Reinhart e Reuland (1993)

De acordo com a tabela acima, as anáforas SELF têm a propriedade de reflexivizar um predicado (+ função reflexiva), mas não têm independência referencial. Os autores consideram que essa função reflexiva SELF é sensível às condições de ligação propostas por eles. Já as anáforas SE não têm independência referencial como também não

⁴ “Anáforas (de ambos os tipos SE e SELF) são NPs referencialmente defeituosos, o que significa, por exemplo, que eles não podem ser utilizados como demonstrativos, referenciando alguma entidade no mundo (embora isto não signifique que eles devem ser variáveis ligadas)”.

são responsáveis por tornar um predicado reflexivo (- função reflexiva), por serem apenas marcas para predicados inerentemente reflexivos. Os pronomes, por sua vez, não reflexivizam predicados (- função reflexiva), mas, ao contrário das anáforas, têm independência referencial por possuírem traços de pessoa, gênero e número – não obrigatoriamente todos.

É importante destacar que, para os autores, os dois tipos de anáforas citadas podem ser usadas logoforicamente. Entretanto, devido à escassez de estudos que façam a distinção das funções gramaticais e logofóricas da anáfora, há muitos equívocos com relação à distribuição sintática das anáforas e os termos local e longa distância, já que, se usadas logoforicamente, os dois tipos de anáforas podem ocorrer em todos os tipos de distância. Deste modo, os reflexivos logofóricos não possuem uma regra específica, mas devem ser considerados gramaticais. No entanto, os autores apontam que uma propriedade da anáfora logofórica é não ser c-comandada (REINHART; REULAND, 1993, p. 660).

Reinhart e Reuland (1993) discutem que é possível haver um pronome sempre que houver uma anáfora logofórica. Ao afirmar isso, os autores não apresentam uma justificativa das razões de preferência entre a anáfora logofórica e o pronome. Uma abordagem sugerida, em nota, pelos próprios autores, é a de Ariel (1990), que leva em conta os candidatos disponíveis mais acessíveis no discurso.

A respeito da função gramatical, afirmam os autores que os domínios são apenas dois: local e longa distância. O domínio local corresponde ao domínio de reflexividade no qual a anáfora SELF obrigatoriamente reflexiviza o predicado. Esse domínio é regulado pelas Condições A e B reformuladas por eles e as quais descreveremos adiante. Já o domínio de longa distância refere-se ao domínio de ligação das anáforas SE que seguem o padrão dos pronomes e, por isso, são regidos pela Condição B.

As Condições A e B devem ser lidas como condicionais e são assim definidas:

- (i) Condição A: um predicado sintático marcado reflexivamente é reflexivo.
- (ii) Condição B: um predicado semântico reflexivo é reflexivamente marcado.

A Condição A aplica-se a predicados que são marcados reflexivamente por vias sintáticas e a Condição B inerentemente (semanticamente) a reflexivos. Entende-se por predicado sintaticamente reflexivo como sendo aquele que tem dois dos seus argumentos coindexados (com os traços de gênero, número e pessoa indistintos) e por predicado reflexivamente marcado aquele ou que é lexicalmente reflexivo (o que é marcado pela presença de uma anáfora SE) ou cujo um dos seus argumentos indexados é uma anáfora SELF. Logo, não é a anáfora em si, mas a marcação reflexiva que confere que seja interpretado reflexivamente.

Sendo assim, para Reinhart e Reuland, as Condições A e B estão relacionadas não com a configuração sintática de c-comando, isto é, com a possibilidade de ligação com o antecedente disponível no mesmo domínio da anáfora ou pronome, mas com a propriedade intrínseca do predicado de ser ou não inerentemente reflexivo.

Com a finalidade de observarmos como as Condições A e B se aplicam, vejamos os exemplos abaixo:

- (18) a. **John_i likes him_i.*
 b. *John_i likes himself_i.*
 c. *John_i said Ann likes him_i.*⁵

Observe que em (18a) *John* e *him* são coargumentos do predicado *likes*. Esse predicado sintático não será reflexivo porque ele não foi marcado pela anáfora do tipo SELF, que corresponde à anáfora que reflexiviza predicados, mas foi substituído por um pronome, tornando a frase agramatical. Um predicado como *like* estaria submetido à condição A – um predicado que seria sintaticamente marcado como reflexivo porque um dos seus argumentos seria uma anáfora SELF. Em (18b), a frase é gramatical porque a anáfora SELF está na sentença como marcador reflexivo e está condizente com a Condição A. Já em (18c), *John* é coargumento de *said* e *him* é coargumento de *likes*. Portanto, o predicado não é reflexivo, já que não há coindexação entre os argumentos de um mesmo predicado e, por isso, não é guiado pela Condição B. Em

⁵ *John gosta dele.

John gosta dele mesmo.

John disse que Ann gosta dele.

(18c), os predicados não são semanticamente reflexivos e, por isso, não são reflexivamente marcados.

Um dos problemas apontados pelos autores sobre a Condição A da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981) é a ocorrência de anáforas livres de seu domínio, como mostrado por Kuno (1987) e Zribi-Hertz (1989) com anáforas SELF de primeira, segunda e terceira pessoas. Vejamos:

(19) *Max boasted that the queen invited Lucie and himself for a drink.*

(20) **Max boasted that the queen invited himself for a drink.*⁶

Reinhart e Reuland (1993) citam que, para Zribi-Hertz (1989), as anáforas de terceira pessoa ligadas à longa distância violam o princípio A e têm o uso conhecido como logofórico. Entretanto os autores argumentam que não é possível concluir que os contextos em que há ponto de vista⁷ permitem uma violação da Condição A. Para Reinhart e Reuland (1993), não se trata apenas de uma questão discursiva, mas, sobretudo, de uma questão estrutural, visto que em (20) a anáfora SELF é um argumento de seu predicado e, por isso, o predicado é marcado reflexivamente. Em (19), não há predicado marcado reflexivamente, pois o argumento de *invited* não é apenas *himself* (anáfora SELF), mas *queen*, com o qual *himself* não compartilha traços de gênero e, por isso, não pode ser a ele coindexado.

A visão desenvolvida pelos autores, a partir da distinção entre função gramatical e logofórica, mostra que a Condição A apenas é aplicada à anáfora em posição argumental. Ou seja, as anáforas SELF que ocorrem fora dessa posição (logofóricas) estão isentas dessa condição.

Ainda nesta discussão, os autores afirmam que a distinção entre uso anafórico e uso logofórico do SELF é supérfluo, porque sintaticamente existe apenas um tipo de anáfora, cujo uso é regido pela Condição A. Isso exclui, de imediato, a anáfora SELF, em que não há predicados reflexivos como aplicáveis a essa Condição. Portanto, a logoforicidade não é codificada na sintaxe e o logóforo não tem que

⁶ Max se gabou que a rainha convidou Lucie e ele mesmo para uma bebida.

Max se gabou que a rainha convidou ele mesmo para uma bebida.

⁷ Tem sido caracterizada na literatura a noção de ponto de vista para indicar que a correferência da anáfora/pronome com o autofalante, nos termos de Kuno (1987) cujo discurso, pensamentos, sentimentos estão sendo relatados.

ser ligado/coindexado a um antecedente. A sua relação pode ser de correferência (REINHART; REULAND, 1993, p. 673). Essa postura entra em discordância com Sells (1987), que afirma que os logóforos, especialmente os de perspectiva, são ligados.

Há apenas um caso em que a Condição A permite o uso logofórico da anáfora SELF: quando esta não ocupa uma posição argumental e, conseqüentemente, não marca o predicado como reflexivo.

Como afirmado acima, a Condição A governa a anáfora. Além disso, também é postulado pela Teoria da Reflexividade que o pronome não é excluído em certos contextos nos quais há a predição de uma anáfora ocorrer. Um exemplo desse contexto é quando há um *NP picture*, como em (21), no qual se prevê um mecanismo adicional para justificar a ocorrência do pronome.

(21) *Mary saw a Picture of herself*⁸

Além disso, é importante enfatizar que uma propriedade da anáfora logofórica citada pelos autores é que ela não tem que ser c-comandada pelo seu antecedente. Dessa forma, os exemplos de *NP picture* são facilmente aceitos, pois há correferência e não há ligação.

2.3 Zribi-Hertz (1989)

O artigo de Zribi-Hertz publicado em 1989 faz um levantamento detalhado de ocorrências de pronomes reflexivos do inglês que são compatíveis com a Teoria da Ligação chomskyana e observa que algumas dessas anáforas violam o princípio A dessa teoria, o que mostra, segundo ela, que se baseia em um corpo relativamente pequeno de dados e não é suficiente para provar que a distribuição dos pronomes do uso cotidiano é tão restrita quanto a previsão feita pelo princípio A.

Esses pronomes que violam tal princípio, segundo a autora, traçam uma linha clara entre sintaxe e discurso e mostram que o princípio A de Chomsky é completo apenas se for uma teoria interna da frase, sem levar em consideração o discurso, mas incompleta porque ignora um componente integral da gramática de reflexivos e assim não dá conta de vários conjuntos de dados.

⁸ Mary viu uma foto dela mesma.

A discussão central do estudo de Zribi-Hertz é compreender onde a linha deve ser traçada, com relação à anáfora, entre sintaxe e discurso. É feito um levantamento sobre as propriedades sintáticas e semânticas dos pronomes reflexivos em inglês a fim de confrontá-las com um *corpus* de textos do inglês. Após a análise do *corpus*, a autora esclarece que os pronomes reflexivos do inglês podem ser ligados a longa distância e podem violar várias restrições estruturais. A partir disso, é proposta uma relação entre a gramática dos reflexivos localmente ligados e a gramática discursiva dos reflexivos ligados a longa distância.

Entre os dados problemáticos que surgiram após a Teoria da Ligação, alguns põem em xeque a complementariedade entre anáforas e pronomes. Alguns deles são: NPs *Picture*, posições de genitivo, alguns *Prepositional phrase* (PPs) e contextos enfáticos, que são discutidos por Warshawsky (1965), Ross (1970), Cantrall (1974), Kuno (1987) e outros autores. Vejamos:

- (22) a. *They thought that [pictures of {them / themselves}] would be on sale.*
 b. *We thought that [John's pictures of {us / ourselves}] would be on sale.*
- (23) *John said that there was a picture of {him / himself} in the post office.*
- (24) a. *(Mary thought that) [a picture of {you / yourself}] would be nice on the wall.*
 b. *(Mary thought that) [a picture of {me / myself}] would be nice on the wall.*
- (25) *They heard the stories about {them / themselves}.*⁹

⁹ (22) a. Eles achavam que [fotos {deles / deles mesmos}] seriam colocadas à venda.
 b. Nós pensamos que [as fotos de John de {nós / nós mesmos}] seriam colocadas à venda.

(23) João disse que havia uma imagem {dele / dele mesmo} na estação de correios.

(24) a. (Mary pensou que) [uma imagem {sua/ de si mesmo}] seria bom na parede.

b. (Mary pensou que) [uma imagem {sua / de si mesma}] seria bom na parede.

(25) Eles ouviram as histórias sobre eles {Eles/eles mesmos}.

A partir desses e de outros contraexemplos, alguns autores apontam ora para uma mudança ou alteração na tipologia a fim de abarcá-los dentro da teoria estrutural, ora é sugerido que essas ocorrências estejam fora do âmbito da sintaxe. Contudo, é argumentado neste artigo que uma teoria gramatical dos pronomes reflexivos do inglês não pode ser completa sem um componente discursivo.

A autora cita a discussão de Cantrall (1969) sobre a hipótese de que, em inglês, onde é possível alternar pronomes e anáforas no mesmo contexto estrutural, a escolha de um ou do outro expressa uma escolha de ponto de vista narrativo, como também a de Kuroda (1973), que sugere que a opção reflexiva de *zibun* está correlacionada com o estilo narrativo não reportivo por meio do qual o autor relata os eventos “de dentro” (algum personagem) ao contrário do seu próprio ponto de vista.¹⁰

Essa discussão de Cantrall (1969) é possível de ser observada no exemplo abaixo:

- (26) a. *The women_i were standing in the background, with the children behind them_i.*
 b. *The women_i were standing in the background, with the children behind themselves_i.*¹¹

As sentenças 26a e 26b não possuem o mesmo conteúdo informativo, pois em 26b as crianças estão localizadas “atrás das mulheres”, do ponto de vista interno do protagonista discursivo (as mulheres), e em 26a, as crianças estão “atrás das mulheres”, do ponto de vista do falante. O contraste está relacionado à opção do ponto de vista, que pode ser de um protagonista do discurso ou do falante e, conseqüentemente, como aponta Cantrall (1969), nas escolhas de uma terceira pessoa das anáforas pronominais e pronomes, não há um condicionamento estrutural.

A proposta da Teoria da Ligação de Chomsky não faz correlação com as propriedades semânticas acima e é assumido que elas não pertencem à sintaxe e são derivadas de suas propriedades estruturais. No

¹⁰ O ponto de vista também é o conceito central das análises dos pronomes em Kuno (1972, 1983, 1987).

¹¹ a. As mulheres estavam em pé ao fundo, com as crianças atrás delas.

b. As mulheres estavam em pé ao fundo, com as crianças atrás delas mesmas.

entanto, a autora, apesar de concordar que o ponto de vista não pertence à sintaxe, discorda de sua derivação a partir das propriedades estruturais: “*It is the structural properties of pronouns that are, in a sense, derived from their discourse properties*”.¹² (ZRIBI-HERTZ, 1989, p. 705)

Para justificar sua afirmação, são dados os exemplos em (27), em que há um contraste semântico:

- (27) a. *John_i hid the book behind himself_i.*
 b. *John_i hid the book behind him_i.*¹³

Para Zribi-Hertz, a relação espacial entre John e o livro é entendida como mais direta em 27a do que em 27b porque, nesta última, John escondeu o livro em algum lugar atrás da linha dos ombros, enquanto que em 27a John escondeu o livro muito perto dele, provavelmente em contato com seu corpo.

É argumentado, então, que o “sujeito de consciência” não é uma variação semântica do sujeito sintático, mas que se destaca como um conceito linguístico pertencente à gramática do discurso e que este, em vez do sujeito sintático, é o conceito relevante para a gramática dos reflexivos ligados à longa distância no inglês.

O conceito “sujeito de consciência” é uma categoria da gramática do discurso, sendo similar ao conceito de logoforicidade proposto por Kuno (1987) e Clements (1975). Como afirma a autora, o “sujeito de consciência” é uma propriedade semântica atribuída a um referente cujos pensamentos ou sentimentos, opcionalmente expressos no discurso, são transportados por uma parte do discurso. Esse “sujeito de consciência”, ainda nas palavras da autora, é geralmente entendido como [+ humano].

A autora diz que os pronomes reflexivos pertencem à gramática do discurso, da qual a gramática da sentença é um subdomínio específico. Por meio dessa conclusão, a autora sugere que as restrições estruturais podem ter a sua motivação discursiva.

Uma afirmação importante colocada pela autora é a de que as relações anafóricas apontadas em seu estudo pertencem à gramática do

¹² “São as propriedades estruturais dos pronomes que são, em certo sentido, derivadas de suas propriedades discursivas.”

¹³ a. John escondeu o livro atrás dele mesmo.

b. John escondeu o livro atrás dele.

discurso, visto que as restrições estruturais entram em jogo quando o princípio do discurso deixa de ser relevante.

Portanto, a proposta de Zribi-Hertz afirma que qualquer teoria estrutural da anáfora deve ser preenchida pelos princípios de discurso, pois, para dar conta desse fenômeno, é preciso considerar as noções de estrutura do discurso.

Essa proposta de a gramática da sentença (sintaxe) ser uma subparte da gramática do discurso autoriza os pronomes reflexivos a violarem o Princípio A de Chomsky, caso certas propriedades discursivas sejam satisfeitas. Isso torna essa proposta diferente da de Reinhart e Reuland (1993), pois, para esses últimos, a sintaxe opera prioritariamente e, caso não seja suficiente, a semântica e o discurso estão livres para atuar.

3 A logoforicidade em Psicolinguística

Apesar das diversas abordagens sobre o fenômeno, há poucos estudos em Psicolinguística Experimental que têm como foco principal compreender o processamento desse tipo de estrutura. Neste tópico mostraremos algumas abordagens no processamento intrassentencial e alguns experimentos desenvolvidos em Psicolinguística.

No âmbito da Psicolinguística Experimental intrassentencial, há uma discussão sobre o processamento *on-line* de sentenças que possuem uma única oração ser restrito exclusivamente à atuação dos Princípios de Ligação postulados por Chomsky (1981) nas primeiras etapas do processamento. Nessa problemática existe um forte debate sobre o momento de atuação dos princípios de ligação de Chomsky, no curso do processamento, o que tem se desdobrado em predições diferenciadas com os modelos que postulam o quanto o processamento é afetado pelos seus antecedentes, a saber, os modelos: filtro inicial, filtro reversível e interativo.

Em linhas gerais, o primeiro modelo foi apresentado por Nicol e Swinney (1989), que afirma que a ligação entre o antecedente e a anáfora é restrita aos princípios de ligação de Chomsky (1981) tanto nos estágios iniciais do processamento quanto nos estágios que o seguem. O segundo modelo é defendido por Sturt (2003), Kennison (2003) e Leitão, Peixoto e Santos (2008) ao apresentar evidências de um filtro reversível em que esses princípios guiam o processamento nos estágios iniciais, mas podem ser violados posteriormente por vários fatores. Já Badecker e

Straub (2002) analisam seus dados interpretando que não só as restrições sintáticas atuam nesse primeiro estágio, mas também outras restrições de caráter discursivo. Esses últimos propõem o modelo interativo.

O modelo descrito por Nicol e Swinney (1989) mostra que as restrições propostas pela Teoria da Ligação são aplicadas nos estágios iniciais e subsequentes do processamento. De acordo com esse modelo, o antecedente para a anáfora é imediatamente escolhido de acordo com a teoria da ligação, já outros antecedentes são desconsiderados nos primeiros estágios do processamento e posteriormente.

Os autores analisaram o processamento de pronomes e anáforas que possuíam dois tipos de antecedentes: disponíveis e indisponíveis, segundo a Teoria da Ligação. Eles realizaram um experimento de *priming cross modal*¹⁴ (inter-modal) com a finalidade de observar a atuação das restrições de ligação. Nesse experimento os participantes ouviram as sentenças e fizeram uma decisão lexical após visualizarem uma palavra sonda que aparecia após as anáforas e pronomes.

Dessa forma, previa-se que os antecedentes disponíveis estruturalmente influenciariam o processamento da correferência nos estágios iniciais e que os antecedentes indisponíveis seriam imediatamente excluídos e desconsiderados na interpretação subsequente (Hipótese do Filtro Inicial).

Os resultados do estudo realizado por eles trouxeram evidências para a Hipótese do Filtro Inicial, pois houve efeito significativo para os antecedentes disponíveis estruturalmente e não houve efeito significativo para os antecedentes indisponíveis estruturalmente tanto para a anáfora quanto para o pronome. Isso indica que eles não foram levados em consideração no momento da resolução da correferência e há um filtro gramatical que determina quais candidatos podem se referir à anáfora e ao pronome.

Entretanto, Sturt (2003), Kennison (2003) e Leitão, Peixoto e Santos (2008) encontraram evidências contra o modelo do filtro de ligação inicial. Seus dados mostram que as restrições de ligação são aplicadas nos estágios iniciais, mas podem ser violadas posteriormente. O filtro seria, então, reversível, com a possibilidade de ser violado em um segundo momento do processamento por vários fatores.

¹⁴ Quando os estímulos apresentados no priming e no alvo são de modalidades diferentes.

O trabalho de Sturt (2003) mostrou que as restrições de ligação são relevantes no processamento da correferência no primeiro estágio do processamento. Os fatores discursivos influenciariam apenas tardiamente, o que justifica o efeito dos antecedentes indisponíveis encontrados no seu estudo.

Na mesma direção dos achados de Sturt (2003), Kennisson (2003) investigou a atuação do princípio B no processamento por meio da técnica de leitura automonitorada, capturando o processamento em dois estágios.

A autora fez um experimento utilizando os pronomes *her*, *his* e *him* com antecedentes disponíveis e indisponíveis, no qual os sujeitos leram mais lentamente o pronome na condição em que o antecedente indisponível estruturalmente era do mesmo gênero da retomada em comparação à condição em que o gênero era o mesmo.

A partir dos resultados encontrados, Kennisson (2003) sugere que os antecedentes disponíveis e indisponíveis estruturalmente são considerados durante a resolução correferencial, diferentemente da proposta de Nicol e Swinney (1989) de que apenas são considerados os antecedentes disponíveis estruturalmente.

Dialogam com os resultados de Kennisson (2003) e Sturt (2003) os achados de Leitão, Peixoto e Santos (2008) para o PB encontrados por meio de dois experimentos de leitura automonitorada. No experimento realizado pelos autores, foi investigado o processamento do pronome “ele” na posição de objeto. No primeiro experimento, não houve diferença significativa na leitura do segmento crítico (pronome), sugerindo-se que o princípio B bloqueou, no primeiro estágio, a possibilidade do “ele” se vincular ao sujeito.

Os tempos de leitura foram mais lentos quando o sujeito não disponível estruturalmente possuía os mesmos traços de gênero, número e animacidade do pronome do que nas condições em que esses traços não combinavam. Esses resultados sugerem que o processamento da correferência ocorre em dois estágios.

Ao segundo experimento foi acrescentado um preâmbulo com um antecedente disponível que combinava os mesmos traços com o pronome. A presença desse antecedente disponível tornou a leitura do pronome significativamente mais demorada do que no experimento 1, ou seja, não houve a influência dos antecedentes indisponíveis.

Por fim, Badecker e Straub (2002) propõem um modelo no qual várias restrições são atuantes no momento inicial do processamento.

Tanto sintáticas quanto discursivas são combinadas paralelamente, ou seja, as restrições de ligação atuam junto com outros tipos de informações (traços de gênero e número, foco discursivo). Neste entendimento, tanto os antecedentes disponíveis quanto os indisponíveis são relevantes no processamento correferencial desde o primeiro estágio do processamento.

No estudo de leitura automonitorada feito por eles, havia antecedentes tanto disponíveis quanto indisponíveis estruturalmente. Badecker e Straub (2002) encontraram resultados no segmento pós-crítico, em que foram lidos mais rapidamente quando o gênero da retomada combinava com o gênero do antecedente. Porém, a leitura foi mais lenta quando o gênero dos antecedentes indisponíveis e disponíveis combinavam com o gênero da retomada, o que mostra que os antecedentes indisponíveis também influenciaram no processamento das sentenças. Nesta linha, os autores propõem que os antecedentes indisponíveis interferem no processamento.

Entretanto, esses modelos citados acima não contemplam, especificamente, a discussão do processamento de anáforas logofóricas e pronomes logofóricos, apesar de citarem a possibilidade de haver certos tipos de estrutura em que há o uso da anáfora e não há a atuação dos princípios de ligação.

Em um outro estudo psicolinguístico, envolvendo especificamente a logoforicidade, Foraker (2003) usou a forma SELF logoforicamente para examinar se as informações discursivas utilizadas na interpretação desse logofórico são semelhantes às usadas na interpretação do pronome. Nesse estudo foi realizado um experimento de leitura automonitorada no qual foi controlada a distância entre o logofórico / pronome e seu antecedente, com três posições possíveis para o antecedente (*First-mentioned, Middle e Most Recent*). Nesse experimento, Foraker mostra que houve um efeito *Spill over* (após o logofórico / pronome), o qual revelou que logofóricos e pronomes foram processados de forma semelhante apenas nas condições em que o antecedente estava a uma distância longa ou intermediária em relação à retomada. Quando o antecedente foi mencionado mais recentemente, o logofórico foi lido mais rapidamente do que quando este estava em posição distante ou intermediária.

A sua proposta de explicação para os resultados encontrados nas condições com antecedente em distância longa e intermediária é a de que a resolução da correferência da anáfora logofórica parece usar o mesmo tipo de informação pragmática e discursiva usada para correferência

pronominal, já que, tanto para logofóricos quanto para pronomes foi encontrado o mesmo padrão de processamento. O conjunto de frases do experimento segue exemplificado em (28) e (29) abaixo:

(28) *Logophoric Reflexive*

First-mentioned: Megan wondered/ if Isaac had found out/ that Rick wanted to invite/ Sally and herself/ to the birthday party. Middle: Isaac wondered/ if Megan had found out/ that Rick wanted to invite/ Sally and herself/ to the birthday party. Most Recent: Rick wondered/ if Isaac had found out/ that Megan wanted to invite/ Sally and herself/ to the birthday party.

(29) *Pronoun*

*First-mentioned: Albert was upset/ when Debbie didn't care/ that Rachel had endangered/ Gordon and him/ on the climbing trip. Middle: Debbie was upset/ when Albert didn't care/ that Rachel had endangered/ Gordon and him/ on the climbing trip. Most Recent: Rachel was upset/ when Debbie didn't care/ that Albert had endangered/ Gordon and him/ on the climbing trip.*¹⁵

Ainda no inglês, Harris et al (2000) fez um estudo com EEG¹⁶ com a finalidade de verificar as características das respostas de ERP¹⁷ em frases com violação sintática e violação não sintática, já que na literatura

¹⁵ Reflexivos logofóricos.

Mencionado primeiro: Megan perguntou se Isaac tinha achado que Rick queria convidar Sally e ela mesma para a festa de aniversário. Médio: Isaac perguntou se Megan havia achado que Rick queria convidar Sally e ela mesma para a festa de aniversário. Mais recente: Rick perguntou se Isaac tinha achado que Megan queria convidar Sally e ela mesma para a festa de aniversário.

Pronome

Mencionado primeiro: Albert ficou chateado quando Debbie não se importou que Rachel tivesse ameaçado Gordon e ele na viagem de escalada.

Médio: Debbie ficou chateada quando Albert não se importou que Rachel tivesse ameaçado Gordon e ele na viagem de escalada.

Mais recente: Rachel ficou chateada quando Debbie não se importou que Albert tivesse ameaçado Gordon e ele na viagem de escalada.

¹⁶ Eletroencefalógrafo.

¹⁷ Potenciais relacionados a eventos.

atual é possível observar que existem padrões de ERP encontrados a partir da verificação de violações de caráter sintático e semântico.

Assim, no experimento de Harris et al (2000), nas frases com violação sintática, havia a comparação da anáfora sintática concordando/discordando e, nas frases com violação não sintática, havia a comparação da anáfora logofórica concordando/discordando. A previsão do autor era de que, nas frases que continham uma violação sintática, seria encontrado um P600 por ser de caráter sintático e provocar o padrão semelhante ao encontrado nesses tipos de violação. Já nas frases logofóricas, não seriam encontrados P600 por essa violação ser de natureza semântico-pragmática. Ele ainda afirma que seria difícil saber que tipo de onda se esperar das violações logofóricas por elas não serem definidas na literatura em geral. Esperava-se apenas distingui-las das de padrão sintático. Para tanto, foi feito um estudo com 24 conjuntos de frases experimentais construídos no seguinte modelo:

- (30) a. *The boys' cousin introduced Suzie and himself at the wedding.*
b. *The boys' cousin introduced Suzie and themselves at the wedding.*
c. *The boys' cousin introduced himself at the wedding.*
d. *The boys' cousin introduced themselves at the wedding.*¹⁸

A tarefa feita pelos 40 voluntários consistia em ler as frases e determinar quem recebeu a ação da sentença com base na concordância de número. Apareciam na tela as duas opções de resposta e todos os sujeitos foram incentivados a anteciparem a pergunta e a resposta.

Os resultados confirmaram que as comparações envolvendo restrições sintáticas tiveram um P600 e, nas restrições com logofóricas, não. Sugeriu-se que as comparações envolvendo argumentos são mediadas por processos sensíveis às restrições sintáticas enquanto que para os logofóricas são insensíveis ou sensíveis de forma diferente a essas restrições.

¹⁸ O primo dos meninos apresentou Suzie e ele mesmo no casamento.
O primo dos meninos apresentou Suzie e eles mesmos no casamento.
O primo dos meninos apresentou ele mesmo no casamento.
O primo dos meninos apresentou eles mesmos no casamento.

Ainda buscando compreender o processamento de sentenças em tempo real, tendo como foco a reflexividade e tendo por meio a discussão sobre os campos da sintaxe, de um lado, e da sintaxe + discurso do outro, Petra Burkhardt (2002) faz um estudo em língua inglesa utilizando o paradigma *cross-modal* para verificar o processamento em sentenças contendo logóforos. Ou seja, ambas as posturas foram examinadas na perspectiva do processamento.

Como a interpretação de reflexivos logofóricos envolve acesso a operações não sintáticas, como o acesso às noções de discurso e de ponto de vista, e os reflexivos coargumentos envolvem apenas operações sintáticas, a autora levanta a hipótese de que os contrastes entre esses dois reflexivos teriam custos de processamento diferentes.

Na posição de apenas sintaxe, os dois reflexivos propostos no estudo teriam um comportamento semelhante; já na posição sintaxe + discurso, haveria um contraste entre eles.

Foram feitas as tarefas de compreensão de sentenças e as de decisão lexical, que consistia na apresentação da frase a qual o sujeito ouvia e em seguida respondia à pergunta de compreensão sobre a frase em pontos aleatórios no curso do experimento. Em um determinado momento durante a apresentação da frase, aparecia uma palavra sonda na qual o sujeito teria que decidir apertando o botão “sim” ou “não” se a sonda era ou não uma palavra do inglês. O tempo de reação para a decisão lexical foi gravado.

Foram criados 25 pares de sentenças experimentais e 119 frases distratoras. Nas frases experimentais, cada par consistia em uma frase com um reflexivo coargumento e um reflexivo logofórico, como abaixo:

- (31) a. *The woman_i who was arrogant praised^{PROBE} herself_i^{PROBE} because the network had called about negotiations for a leading role.*
 b. *The girl_i sprayed bug repellent around^{PROBE} herself_i^{PROBE} because there were many mosquitoes in the Everglades.¹⁹*

¹⁹ A mulher que era arrogante elogiou ela mesma porque os contatos tinham ligado a respeito das negociações para um papel de liderança.

A menina pulverizou o repelente em torno dela mesma porque havia muitos mosquitos nos Everglades.

Nas frases com reflexivos logofóricos foram incluídos objetos diretos (*bug repellent*) e preposições de lugar (*around* ou *behind*). Os verbos de ambas as frases foram controlados por frequência e o comprimento total das frases e a distância entre antecedente e reflexivo foram pareados.

As sondas estavam em duas posições: antes do reflexivo (posição controle) e depois do reflexivo (posição experimental). Elas não eram semanticamente relacionadas à sentença nem permitiam que se gerasse uma continuação da sentença. Na posição experimental, é possível medir os recursos necessários durante o processamento do reflexivo, observando se há um custo adicional ou não.

É por meio da comparação dos tempos de reação para a decisão lexical nas duas condições que se pode perceber se há indício para a posição apenas da sintaxe (não há diferença entre as duas condições) ou para a posição sintaxe + discurso (há diferença entre as duas condições com um aumento de tempo nas condições com reflexivos logofóricos).

Os resultados mostram que não houve uma diferença significativa para a sonda na posição controle, mas houve uma diferença significativa para os tempos de reação da sonda (RT) em posição experimental, que registrou um tempo maior para os reflexivos logofóricos, indicando que a interpretação dos reflexivos logofóricos custa mais ao processador do que a dos reflexivos coargumentos.

Os dados obtidos vão a favor de uma abordagem sintaxe + discurso para a reflexividade, sugerindo que a logoforicidade vai além da sintaxe. A diferença entre os reflexivos coargumentos (cuja interpretação é puramente de reflexivos sintáticos) e logofóricos (o que implica que a sua interpretação requer acesso à informação sintática e não sintática) aponta que há um custo adicional para o processador. Esse custo, por sua vez, só é compatível com a posição da sintaxe + posição discurso que afirma que a interpretação de reflexivos logofóricos requer acesso à informação discursiva (extrassintática).

Esses resultados encontrados por Pietra Burkhardt (2002) corroboram os achados de ERP de Harris *et al.* (2000) que descrevemos anteriormente, nos quais os “erros” que envolvem os dois tipos de reflexivos produzem diferentes padrões de ativação de potenciais cerebrais relacionados a eventos, sugerindo a existência de processos sintáticos e extrassintáticos.

Os experimentos feitos em inglês descritos acima são de suma importância para o estudo dos logóforos, pois os fatores pragmáticos têm recebido muita atenção na literatura teórica. Entretanto, não foram encontrados estudos quantitativos determinando a aceitabilidade de sentenças com logóforos. Gibson e Fedorenko (2013) mencionam que a tarefa de julgamento de aceitabilidade é a forma ideal para sondagem do conhecimento sintático/semântico, em comparação com outras tarefas ou medidas de leitura.

Os experimentos em Psicolinguística Experimental com foco no processamento de logóforos têm como base, em sua maioria, a perspectiva de Reinhart e Reuland (1993), em que a posição estrutural da anáfora determina seu caráter logofórico. No presente trabalho, também tomaremos como base a perspectiva de Reinhart e Reuland (1993), visto que observaremos a logoforicidade a partir da posição estrutural da anáfora e do pronome.

4 O experimento

Diante das mais diversas abordagens teóricas para a logoforicidade em várias línguas, o experimento que descreveremos a seguir objetivou verificar a aceitabilidade de construções com anáfora logofórica em PB com a finalidade de compreender se elas estão presentes na gramática de falantes dessa língua, visto que a abordagem de Reinhart e Reuland (1993) mostra que essas estruturas em que a semântica e o discurso operam e exercem uma influência determinante na resolução correferencial da anáfora logofórica são gramaticais em inglês. Além disso, como apresentado anteriormente, esses autores ainda afirmam que, nos contextos em que há uma anáfora logofórica, também pode haver um pronome logofórico.

O estudo de Galves (2001, p. 132 *apud* BRITO, 2009, p. 56) mostra que, em alguns dialetos do PB, o “ele” pode ter leitura anafórica. Consideramos, então, a partir de Reinhart e Reuland (1993), a propriedade logofórica como oposta à propriedade anafórica, em que a propriedade logofórica se caracteriza por ter um antecedente fora do domínio de ligação, seja presente na sentença ou não. Portanto, denominamos o “ele” no experimento como pronome logofórico por este ter um antecedente fora do domínio de ligação nas frases utilizadas. A partir disso, também

nos propomos a verificar a aceitabilidade do pronome logofórico a fim de fazer um contraponto com a aceitabilidade da anáfora logofórica.

A partir dessas abordagens, buscamos responder às seguintes perguntas:

1. Assim como no inglês, essas construções são aceitáveis em português?
2. Há a mesma aceitabilidade em construções logofóricas com anáforas e pronomes?

Para tanto, foi realizado um experimento *off-line* de julgamento de aceitabilidade. De acordo com Leitão (2011):

As aferições obtidas a partir de experimentos *offline* dão informação a respeito da interpretação (momento de reflexão) das frases ou enunciados, ou seja, conseguem capturar reações a estímulos linguísticos quando já houve uma integração entre todos os níveis linguísticos (fonológico, morfológico, lexical, sintático e semântico). (LEITÃO, 2011, p. 223).

Isso posto, o experimento buscou perceber se há aceitabilidade em construções logofóricas em PB de acordo com os estudos de Reinhart e Reuland (1993). Essa aceitabilidade pode ser confirmada através da medida *off-line*, já que os sujeitos emitirão um julgamento para as frases lidas. Assim, utilizamos a anáfora logofórica (AL) *ele mesmo* e o pronome logofórico (PL) *ele* nessas construções para verificar tal aceitabilidade. A hipótese prevista para esse teste foi de que ambas as estruturas seriam consideradas aceitas pelos sujeitos falantes dessa língua, como previsto na Teoria da Reflexividade de Reinhart e Reuland (1993).

4.1 Método

4.1.1 Participantes

Participaram desta pesquisa 77 estudantes do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I João Pessoa, todos falantes nativos do português brasileiro, com idade entre 19 e 32 anos.

4.1.2 Material

Para a realização desse experimento, foram criadas 12 frases experimentais, divididas em 2 conjuntos. Cada conjunto continha seis frases com anáfora logofórica *ele mesmo* e seis frases com pronome logofórico *ele*. Além dessas frases experimentais, foram inseridas 24 frases distratoras, sendo 12 frases aceitáveis e 12 inaceitáveis. O propósito dessas frases era fazer com que o sujeito não percebesse qual a natureza das frases que foram o objeto de estudo da pesquisa. Também foi elaborada uma pequena instrução para que o sujeito compreendesse a tarefa. Na tabela abaixo, podemos ver os exemplos das frases experimentais e a instrução contida no teste.

TABELA 2 – Exemplo das sentenças experimentais do teste piloto

INSTRUÇÃO	
Observe as frases abaixo e responda se você as considera como aceitável ou inaceitável. Não há respostas certas ou erradas. Nós queremos apenas verificar suas intuições sobre as frases.	
TIPO DE SENTENÇA	SENTENÇAS
Anáfora logofórica	O irmão de Vítor penteou Lucas e ele mesmo com a escova da sua tia. O genro de Mauro cortou José e ele mesmo com a faca na cozinha.
Pronome logofórico	O irmão de Vítor penteou Lucas e ele com a escova da sua tia. O genro de Mauro cortou José e ele com a faca na cozinha. ²⁰

Fonte: Elaboração própria.

A variável dependente do experimento foi o tipo de julgamento (aceitável x inaceitável) feito em cada condição, e as variáveis independentes foram o tipo de logóforo (anáfora e pronome). A partir disso, obtivemos duas condições experimentais: retomada com pronome logofórico e retomada com anáfora logofórica. Foram controlados o gênero do antecedente e o da retomada, que foram masculinos, e todos os logóforos estavam dentro de uma coordenação.

²⁰ As sentenças experimentais aqui utilizadas seguiram o modelo apresentado por Reinhart e Reuland (1993).

4.1.3 Procedimento

Escolhemos a técnica experimental de julgamento de aceitabilidade (*off-line*), que consiste em averiguar se um dado estímulo é aceitável para os falantes daquela língua, pois a intuição do linguista é insuficiente para atribuir tal julgamento. Essa técnica nos parece ser ideal para testar esse fenômeno devido ao fato de esse julgamento nos proporcionar um dado que torna possível a realização de inferências sobre a representação da logoforicidade na gramática desses falantes.

O experimento piloto foi elaborado por meio do *Google Docs* em um computador e apresentado aos sujeitos por meio do *link* de acesso ao teste. Nesse mesmo *link*, estavam as instruções para a realização do experimento, que apareciam na parte superior do arquivo. Os participantes leram as frases em frente à tela do computador e ao teclado. Ao ler cada frase, o participante teria que escolher entre as opções aceitável e inaceitável segundo seu julgamento. As opções estavam ao lado de cada frase com a possibilidade de apenas uma marcação. As frases foram divididas em dois conjuntos – uma sentença com a anáfora logofórica “ele mesmo” e outra com pronome logofórico “ele”. Dessa forma, o sujeito tinha como tarefa a leitura de cada frase e a escolha de uma opção, ou seja, deveria marcar como “aceitável” ou “não aceitável” cada frase. Os estímulos apresentados no experimento foram randomizados. Como dito acima, nosso intuito era verificar qual sentença seria aceitável e qual seria inaceitável.

4.2 Resultados e discussão

Os resultados obtidos nesse primeiro teste não corroboraram completamente a hipótese inicialmente formulada. Em geral, as sentenças consideradas aceitáveis foram aquelas que continham a anáfora logofórica e não aceitáveis aquelas que tinham o pronome logofórico. A anáfora logofórica teve 276 julgamentos aceitáveis e o pronome logofórico teve 213 julgamentos aceitáveis, porém, neste último, não obtivemos resultado significativo, contrariando a hipótese de que as duas estruturas são gramaticais no PB.

Os resultados dos julgamentos feitos em cada condição podem ser expressos de acordo com a tabela abaixo:

TABELA 3 – Resultados dos julgamentos de aceitabilidade em cada condição experimental

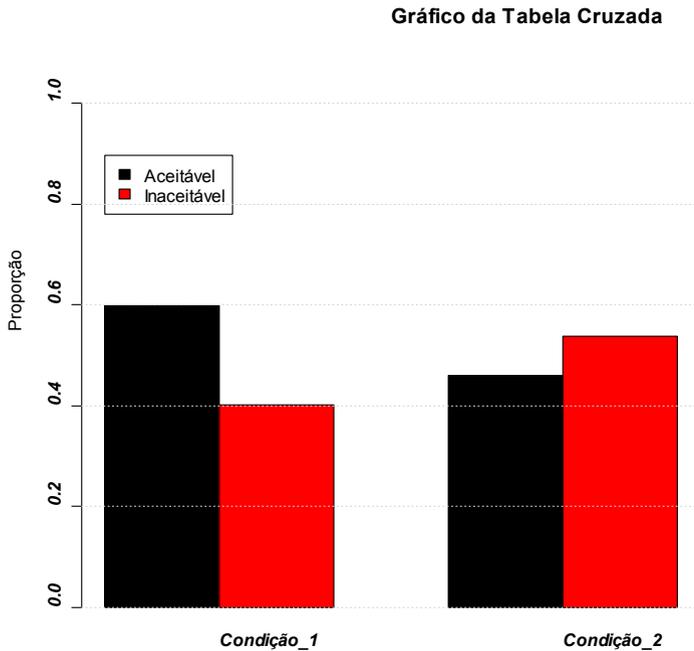
	Condição 1 (retomada com anáfora logofórica)	Condição 2 (retomada com pronome logofórico)	Total
Aceitável	276	213	489
Inaceitável	186	249	435
Total	462	462	924

Fonte: Elaboração própria.

A partir da tabela acima, é possível perceber que houve um maior número de aceitabilidade para a anáfora logofórica (condição 1) e maior número de inaceitabilidade para o pronome logofórico (condição 2).

A diferença da primeira condição, em que obtivemos 276 respostas aceitáveis e 186 respostas não aceitáveis, foi considerada significativa estatisticamente no teste do Qui quadrado de proporção: $\chi^2(1, 462) = 17.532, p < .05$. Essa diferença aponta para uma aceitabilidade desse tipo de construção em português brasileiro. Na segunda condição, com 213 respostas aceitáveis e 249 respostas não aceitáveis, não tivemos um resultado significativo utilizando o mesmo teste estatístico: $\chi^2(1, 462) = 2.805, p = .09$. Este resultado não nos permite apontar que os pronomes logofóricos são inaceitáveis nessa língua. Entre as condições experimentais utilizadas, foi o Qui quadrado de homogeneidade que nos apresentou um resultado significativo ($p < .05$), indicando que os sujeitos viram a anáfora logofórica e o pronome logofórico como estruturas diferentes. O gráfico abaixo expressa esse resultado, mostrando uma tendência inversa na condição PL em comparação com a condição AL:

FIGURA 1 – Gráfico com os resultados do julgamento de aceitabilidade



Fonte: Elaboração própria.

Esses resultados são capazes de nos apontar a necessidade de se fazer outro experimento, a fim de explorar com mais afincado o estudo dos logóforos em PB, visto que esses dados sugerem previamente que a gramática licencia as anáforas logofóricas e as vê como diferentes dos pronomes logofóricos, diferentemente da língua inglesa (REINHART; REULAND, 1993). É possível que o motivo disso seja o *design* do teste não ter contribuído para a aceitação das sentenças com pronome logofórico, pois pode ter acontecido enviesamento, já que os sujeitos que leram as frases com anáfora logofórica também leram as frases com pronome logofórico. Sendo assim, para excluir essa possibilidade, o próximo passo desta pesquisa é realizar um experimento de julgamento de aceitabilidade com o *design* estruturado para que as condições sejam vistas por sujeitos diferentes.

5 Discussão geral

Nossa hipótese no presente estudo foi saber se as construções com anáfora logofórico e pronome logofórico são aceitas pelos falantes do PB. Apesar de nossa intuição poder ser utilizada para considerar tal aceitabilidade, a realidade a ser verificada através dos dados poderia ser oposta, o que nos levou a realizar o experimento descrito anteriormente. Como mostra Gibson e Fedorenko (2013), a intuição do linguista não é suficiente para averiguar tal aceitabilidade.

O estudo aqui reportado aponta para a fiabilidade dos testes de julgamento de sentenças e sua importância no estudo dessas estruturas, posto que não permite que o pesquisador assuma a aceitabilidade de estruturas que são vistas como não gramaticais por sujeitos ingênuos. Logo, este tipo de teste vai além do mero uso da intuição do pesquisador para investigar a gramática do PB. Afinal, se não houvesse esse estudo de aceitabilidade, seria assumido a aceitabilidade das duas estruturas o que não foi sustentada pelo teste de aceitabilidade. No experimento descrito vimos que os sujeitos consideraram aceitáveis as sentenças com anáfora logofórica e não aceitáveis com pronome logofórico.

Os dados obtidos a partir do julgamento de aceitabilidade, feito nesta pesquisa, demonstraram que as estruturas das frases com anáfora logofórica são consideradas aceitáveis pelos falantes nativos do PB. Vamos considerar, assim como Reinhart e Reuland (1993), que esse tipo de estrutura é gramatical. Os dados encontrados apontam para essa possibilidade, já que obtivemos valores significativos para a aceitabilidade dessas estruturas logofóricas.

Na condição experimental anáfora logofórica, os sujeitos julgaram ser aceitável; já na condição pronome logofórico, não houve significância.

Esses resultados são capazes de nos mostrar um caminho a ser explorado no estudo dos logóforos em PB, visto que a gramática licencia as anáforas logofóricas e as vê como diferentes dos pronomes logofóricos, diferentemente de línguas como o inglês (REINHART; REULAND, 1993).

Uma possibilidade para essa diferença é a ocorrência de um enviesamento, pois os sujeitos que leram as frases com anáfora logofórica também leram as frases com pronome logofórico. Sendo assim, para excluir essa possibilidade, faz-se necessário realizar mais um teste de

aceitabilidade com duas condições: anáfora e pronome logofóricos, seguindo o mesmo modelo do teste realizado, porém os sujeitos serão expostos a apenas uma condição experimental.

Por fim, destacamos que a Teoria da Reflexividade prevê que as estruturas logofóricas são completamente aceitáveis pelos falantes do inglês. Assim, a partir da técnica experimental utilizada, concluímos que os dados aqui analisados mostram que a anáfora logofórica, é aceitável. A partir da percepção dos sujeitos participantes do experimento, constatamos que tal estrutura provavelmente compõe a gramática dos falantes do PB.

6 Considerações finais

Os estudos em Linguística, especialmente em processamento linguístico, que investigam o processamento anafórico veem como relevantes os princípios de ligação da Teoria da Ligação na resolução da correferência. Esses estudos levam em consideração a atuação dessas restrições de ligação no momento do processamento, problematizando a gramaticalidade dos antecedentes na resolução correferencial.

No estudo aqui descrito buscamos compreender estruturas com a anáfora logofórica que não são contempladas nessa teoria e compará-las com o pronome logofórico. Para isso, recorremos à Teoria da Reflexividade de Reinhart e Reuland (1993) como base teórica para o experimento realizado. Procuramos comprovar a hipótese de que frases com logóforos são aceitáveis em PB, já que, segundo Reinhart e Reuland (1993), devem ser consideradas gramaticais em línguas como o inglês, por exemplo.

Com os resultados do experimento, obtivemos evidências de que a anáfora logofórica *ele mesmo* é aceitável em PB ($p < .05$), porém para o pronome logofórico *ele* não obtivemos um resultado significativo ($p = .09$).

Sendo este um dos primeiros estudos referentes à logoforicidade em PB, há um caminho extenso a ser explorado. Este tema ainda necessita de uma abordagem mais ampla tanto no âmbito da Linguística quanto no âmbito da Psicolinguística, visto que neste trabalho estudamos apenas a aceitabilidade de duas entre as diversas estruturas com logóforos. Portanto, além de investigar sua aceitabilidade, é necessário também compreendermos como acontece o processamento dessas estruturas e

investigar experimentalmente o processamento da anáfora sintática e da anáfora logofórica com a finalidade de perceber se essas estruturas diferem em termos de processamento. É relevante mencionar que se faz necessária uma nova investigação com a finalidade de saber como se dá o processamento desses fatores semântico-discursivos nas estruturas com logóforos, bem como observar se o processamento de um elemento logofórico acarretará um maior custo operacional.

Assim, nos próximos passos desta pesquisa, observaremos, em tempo real, a distinção de representação das anáforas sintática e logofórica.

Referências

- ARIEL, M. *Accessing Noun Phrase antecedents*. London: Routledge, 1990.
- BADECKER, W.; STRAUB, K. The Processing Role of Structural Constraints on the Interpretation of Pronouns and Anaphors. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, American Psychological Association, v. 28, n. 4, p. 748-769, 2002. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.28.4.748>.
- BRITO, D. B. S. *O se reflexivo no português brasileiro*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFAL, Maceió, 2009.
- BURKHARDT, P. Logophors: Looking Outside of Syntax; Evidence from Real-Time sentence Comprehension. In: THRIFT, E. *et al.* (Ed.). *Proceedings of Console IX, 2002*. Disponível em: <<http://www.hum2.leidenuniv.nl/pdf/lucl/sole/console9/console9-burkhard.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- CANTRALL, W. R. *On the nature of the reflexive in English*. 1969. Dissertação (PhD) - Universidade de Illinois, Urbana-Champaign, 1969.
- CANTRALL, W. *Viewpoint, Reflexives, and the Nature of Noun Phrases*. The Hague: Mouton, 1974.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of language*. New York: Praeger, 1986.

CLEMENTS, G. N. The logophoric pronoun in Ewe: its role in discourse. *Journal of West African Linguistics*, West African Linguistics Society, v. 10, p. 141-177, 1975.

FORAKER, S. The processing of logophoric reflexives shows discourse and locality constraints. *Proceedings from the Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society*, Chicago Linguistic Society, n. 2, p. 295-309, 2003.

GALVES, C. C. *Ensaios sobre gramática do português*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.

GIBSON, E.; FEDORENKO, E. The need for quantitative methods in syntax and semantics research. *Linguagem and Cognitive Processes*, Taylor & Francis Online, v. 28, p. 88-124, 2013.

HARRIS, T.; WEXLER, K.; HOLCOMB, P. J. An ERP investigation of binding and coreference. *Brain and Language*, Elsevier, v. 75, p. 313-346, 2000. <https://doi.org/10.1006/brln.2000.2318>.

KENNISON, S. Comprehending the pronouns her, him, and his: implications for theories of referential processing. *Journal of Memory and Language*, Elsevier, v. 49, p. 335-352, 2003. [https://doi.org/10.1016/S0749-596X\(03\)00071-8](https://doi.org/10.1016/S0749-596X(03)00071-8).

KUNO, S. Functional sentence perspective. A case study from Japanese and English. *Linguistic Inquiry*, MIT Press, v. 3, p. 269-320, 1987.

KUNO, S. Three perspectives in the functional approach to syntax. In: Grossman, Robin E.; JAMES SAN, L.; VANCE, Timothy J. (Ed.). *Papers from the parasession on functionalism*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1975. p. 276-336.

KURODA, S. Where epistemology, grammar and style meet: A case study from Japanese. In: ANDERSON, S.; KIPARSKY, P. (Ed.). *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973.

LEITÃO, M. M. Psicolinguística experimental: focalizando o processamento da linguagem. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

LEITÃO, M. M.; PEIXOTO, P.; SANTOS, S. Processamento da co-referência intra-sentencial em português brasileiro. *Veredas on-line*, Juiz de Fora, UFJF, v. 2, p. 50-61, 2008.

MENUZZI, S. *Binding Theory and Pronominal Anaphora in Brazilian Portuguese*. 1997. Tese (Doutorado) - Universidade de Leiden, 1997.

NICOL, J.; SWINNEY, D. The role of structure in coreference assignment during sentence comprehension. *Journal of Psycholinguistic Research*, Springer Link, v. 18, n. 1, p. 5-19, 1989.

POLLARD, C.; SAG, I. A. Anaphors in English and scope of Binding Theory. *Linguistic Inquiry*, MIT Press, 23:2, p. 261 – 303, 1992.

REINHART, T.; REULAND, E. Reflexivity. *Linguistic Inquiry*, MIT Press, v. 24, n. 4, p. 657-720, 1993.

ROSS, J. R. On declarative sentences. In: JACOBS, R. A.; ROSENBAUM, P. S. (Ed.). *Readings in English transformational grammar*. Washington: Georgetown University Press, 1970. p. 222-272.

SELLS, P. Aspects of Logophoricity. *Linguistic Inquiry*, MIT Press, v. 18, n. 3, p. 445-479, 1987.

STURT, P. The time-course of the application of binding constraints in reference resolution. *Journal of Memory and Language*, Elsevier, v. 48, p. 542-562, 2003. [https://doi.org/10.1016/S0749-596X\(02\)00536-3](https://doi.org/10.1016/S0749-596X(02)00536-3).

WARSHAWSKY, F. *Reflexivization I & II*. Indiana University Linguistics Club, 1965. [Reproduzido em notas de linguistic underground (*Syntax and Semantics*, v. 7), editado por James D. McCawley. New York: Academic Press, 1976, p. 63-84].

ZRIBI-HERTZ, A. Anaphor binding and narrative point of view: English reflexive pronouns in sentence and discourse. *Language*, Washington, v. 65, n. 4, p. 695-727, 1989. <https://doi.org/10.2307/414931>.

ANEXO 1

As condições experimentais e as frases utilizadas no teste de julgamento de aceitabilidade são apresentadas abaixo:

Retomada com anáfora logofórica
<p>O irmão de André machucou Davi e ele mesmo na BR230.</p> <p>O genro de Mauro cortou José e ele mesmo com a faca na cozinha.</p> <p>O primo de Leandro barbeou Arthur e ele mesmo no banheiro da rodoviária.</p> <p>O irmão de Vítor penteou Lucas e ele mesmo com a escova da sua tia.</p> <p>O amigo de Joaquim feriu Tiago e ele mesmo com o brinquedo pontiagudo.</p> <p>O neto de Breno olhou Murilo e ele mesmo no espelho da sala.</p>
Retomada com pronome logofórico
<p>O irmão de André machucou Davi e ele na BR230.</p> <p>O genro de Mauro cortou José e ele com a faca na cozinha.</p> <p>O primo de Leandro barbeou Arthur e ele no banheiro da rodoviária.</p> <p>O irmão de Vítor penteou Lucas e ele com a escova da sua tia.</p> <p>O amigo de Joaquim feriu Tiago e ele com o brinquedo pontiagudo.</p> <p>O neto de Breno olhou Murilo e ele no espelho da sala.</p>